Notícias do dia 01 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Criança, somos todos responsáveis (Artigo) 3

Criança, somos todos responsáveis (Artigo)

Edson Ferrari

Edson Ferrari Conselheiro do **TCE**-**GO** e presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância -Instituto Rui Barbosa

O Brasil tem hoje um porcentual de 51,3% de suas crianças vivendo em domicílios de baixa renda. Em **Goiás**, 40,48%. Isso implica em desnutrição, falta de acesso a serviços de saúde, à educação e até à água potável, dentre outras carências. Chocante, pode estar pensando o leitor. E a maioria desa visada julgando que a responsabilidade é unicamente do Estado. Porém, basta a leitura do artigo 227 da Constituição de 1988 para nos mostrar que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação..." - ou seja, obrigação compartilhada.

A isso é dado o nome de intersetorialidade e é nessa linha que os Tribunais de Contas brasileiros vêm caminhando desde que, há quase dois anos, decidiram priorizar a defesa dos direitos da primeira infância. O **TCE** de **Goiás** realiza nesse primeiro de junho "Um dia pela Primeira Infância", para sensibilização e capacitação de seus membros, servidores e de gestores públicos convidados sobre o tema.

Um exemplo prático dessa intersetorialidade é o Comitê Goiano da Primeira Infância, que é integrado por 10 instituições oficiais e da sociedade civil, como a Arquidiocese de **Goiânia** e a Ordem dos Advogados do Brasil, que aderiram ao **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Precisamos do envolvimento de mais atores sociais na luta pela reversão dos indicadores sociais da primeira infância, atualmente todos negativos, com reflexos danosos para crianças na faixa de zero a seis anos. Se forem privadas de atenção básica sofrerão danos irreparáveis na formação cerebral, com impactos adversos em toda sua existência.

O cidadão também pode e deve atuar, levantando a questão junto ao meio social em que convive, tais como igrejas, sindicatos, associações de classe, clubes de serviço e ainda enviando mensagens aos parlamentares e aos Poderes do Estado, cobrando deles a inserção, no orçamento público, de recursos específicos para políticas e ações em favor da primeira infância. E isso é pra já. A criança com fome, sem creche, sem escola, sem saúde, não pode esperar!

Site: https://opopular.com.br/digital/01-junho-2023/1o-caderno